

Os fluxos escolares dos alunos como *analísadores* dos modos de regulação local do sistema educativo

ANA PATRÍCIA TAVARES DE ALMEIDA
Instituto Superior de Educação e Ciências, Portugal

O artigo que aqui se apresenta é o resultado de um trabalho de investigação realizado no âmbito de um curso de Mestrado em Ciências da Educação, na área de especialização em Administração Educacional, subordinado ao tema “*os fluxos escolares dos alunos como analisadores dos modos de regulação do sistema educativo: um estudo de caso*”.

A constituição de um objecto de estudo: os fluxos escolares dos alunos

Durante as décadas de 80 e 90, fruto das mudanças políticas, económicas e culturais que se fizeram sentir, a redefinição do papel do Estado adquire uma grande centralidade. A reforma e reestruturação que se perceberam a partir destas décadas, esteve na origem de medidas políticas e legislativas que influenciaram e introduziram mudanças na administração pública, nomeadamente, na educação. Concretamente, assiste-se, em contextos geo-políticos diferentes, à introdução de medidas associadas à descentralização e à autonomia das escolas, à defesa pública das políticas educacionais e de mercado de *livre escolha*, na educação, à privatização da escola pública, à introdução do *ranking* das escolas, à gestão escolar por resultados e *performance*, ao reforço de procedimentos de avaliação e prestação de contas, e à diversificação da oferta escolar, entre outros.

É no âmbito destas medidas políticas e administrativas que emerge a discussão acerca da alteração dos modos de regulação pública da educação.

Anteriores modos de regulação foram submetidos a ‘*pressões*’ no sentido de uma mudança. Mudança que é provocada, nomeadamente, por factores *externos* (económicos, sociais, políticos e culturais); *internos* ao espaço escolar (por exemplo, as pressões por parte das famílias que cada vez mais tendem a desenvolver uma relação mais instrumental e exigente com a escola); e *políticos* (tendência da maior parte dos governos de repensar os mecanismos de regulação, com o fim de diminuir os custos, aumentar a sua eficiência e eficácia, desenvolver a qualidade dos serviços educativos, melhorar a gestão dos recursos humanos, favorecer uma maior participação dos utilizadores e da comunidade local, etc). Os valores de referência, as normas de acção e os modos operatórios do modelo anterior são colocados em causa, como resultado das alternâncias políticas; da abertura em relação ao exterior (europeização, mundialização); da descentralização e emergência do local (desenvolvimento das políticas públicas locais) e, finalmente, de

critérios de modernização (a descoberta de numerosas mudanças no nível social e cultural obrigam a administração pública a procurar novas regras e novos modos de acção).

Neste contexto, assiste-se a uma evolução convergente de certas políticas educativas que tendem a *afectar* a articulação dos modos de regulação dos sistemas educativos. Esta evolução que diz respeito a uma descentralização e desconcentração das decisões em matéria de orientação pedagógica e de gestão de recursos humanos e financeiros, verifica-se de duas formas: a) no aumento da autonomia dos actores na coordenação e pilotagem de certas responsabilidades; b) na introdução de novos métodos e mecanismos de controlo e enquadramento dos territórios locais onde o poder e a autonomia foram reforçados, por intermédio, nomeadamente, do desenvolvimento de dispositivos de avaliação, o desenvolvimento de ‘contratos’ como modo de relação entre os estabelecimentos do ensino e da tutela, da introdução (ou manutenção) de mecanismos de escolha dos estabelecimentos de ensino por parte das famílias e alunos e de concorrência dos estabelecimentos de ensino, do aumento do controlo dos estabelecimentos de ensino por parte dos seus utilizadores. Há, assim, uma tendência dominante ao *“reforço de novos modos de controlo e de responsabilização das escolas”* (Afonso, 2003, p. 49) que passa, nomeadamente pela substituição de um ‘controlo pelas normas’ por um ‘controlo pelos resultados’, através de uma participação local e da autonomia das escolas e a criação de diferentes dispositivos de avaliação. Passa, assim, pelo *“enfraquecimento do uso de estratégias de regulação centradas na produção normativa e no controlo de meios e de procedimentos”* e pela valorização de *“estratégias de regulação viradas para a responsabilização pelos resultados, tanto no plano institucional, pela avaliação externa, como no que se refere ao controlo social da escola resultante das lógicas de acção dos actores locais, nomeadamente pela via da gestão mercantil dos fluxos escolares”* (Afonso, 2003, p. 50).

Os fluxos escolares configuram-se, assim, como um *‘ponto crítico’* de análise da provisão do serviço público de educação, logo dos modos de regulação do sistema educativo.

Outra questão que importa sublinhar, neste momento em que se justifica a constituição deste objecto de estudo (os fluxos escolares dos alunos) como analisador dos modos de regulação do sistema educativo no nível local, diz respeito ao facto de a regulação dos sistemas escolares ser *“resultante da articulação (ou da transacção) entre uma ou várias regulações de controlo e processos ‘horizontais’ de produção de normas na organização. A regulação é entendida no sentido activo de processo social de produção e ‘regras de jogo’ permitindo resolver problemas de interdependência e de coordenação”* (Maroy e Dupriez, 2000, p. 76). De facto, no quadro do sistema público de ensino o Estado constitui uma fonte essencial de regulação, mas não é a única e nem sempre a mais decisiva nos resultados finais obtidos (Barroso, 2001). Sendo esta uma *“lição da análise das organizações”* (Crozier e Friedberg, 1977, p. 227), aquilo que emerge da descrição, interpretação e análise dos processos de regulação dos sistemas educativos é, de facto, a complexidade e a diversidade dos modos de regulação.

Nesta perspectiva, é importante atender à diversidade de fontes e modos de regulação que contribuam para a coordenação, equilíbrio ou transformação do funcionamento do sistema que, como assinala Barroso (2001), *“resulta mais da interacção dos vários dispositivos reguladores do que da aplicação linear de normas, regras e orientações oriundas do poder político”* (p. 26).

Importa, por isso, numa análise dos processos de regulação das políticas educativas, recorrer a *“perspectivas teóricas e metodológicas que valorizem, na descrição e análise da regulação dos sistemas escolares, a diversidade de ‘legitimidades’ e ‘fontes’ na produção de regras, ‘o jogo dos actores’, a existência*

de processos de 'regulação autónoma', o carácter 'construído' da regulação social'(Barroso, 2003, p. 39). A análise dos fluxos escolares dos alunos num determinado *território* surge, também aqui, como um meio de exemplificar a diversidade de interesses e lógicas que estão presentes na regulação do sistema educativo no nível local.

Concorrem, então, para o interesse desta análise dos fluxos escolares dos alunos na detecção (e interpretação) de 'novos' modos de regulação do sistema educativo no nível local, factores como:

- A *regulação da oferta escolar* tem sido sustentada por respostas variadas, que não obedecem a princípios e critérios claramente definidos e que dão lugar ao desenvolvimento de diferentes mecanismos de regulação, de naturezas e amplitudes diferentes (regulação institucional; regulação Ministério da Educação/Autarquias; regulação público/privado; regulação Ministério da Educação/pais) (Macedo e Afonso, 2002).
- A *passagem de uma regulação pela oferta a uma regulação pela procura* — fruto da diminuição do número de alunos, quer no ensino básico, quer no ensino secundário, assiste-se, na gestão do fluxo de alunos, a uma passagem de uma lógica de regulação pela oferta (dominante no período de expansão) para uma regulação pela procura (dominante num período de retracção).
- A *existência de processos informais* de escolha do estabelecimento de ensino, por parte dos alunos e famílias, bem como a existência de estratégias, por parte das escolas, no sentido de cativarem, manterem e escolherem os seus alunos.

Com efeito, a existência de processos informais de escolha da escola por parte dos alunos e famílias e dos alunos pelas escolas, mesmo no contexto nacional, onde vigora o sistema da 'carta escolar', permite que os fluxos escolares dos alunos surjam, aqui, como um objecto de pesquisa importante para detectar (e interpretar) a emergência de 'quase-mercados' e 'novos' modos de regulação no domínio das políticas públicas de educação.

Neste quadro, então, foram definidos como objectivos da investigação:

- Descrever a procura de estabelecimentos de ensino por parte dos alunos, em duas freguesias de um concelho da área metropolitana de Lisboa.
- Descrever a oferta educativa dos estabelecimentos de ensino, em duas freguesias de um concelho da área metropolitana de Lisboa.
- Analisar as lógicas de acção dos alunos e famílias no que respeita à procura de estabelecimento de ensino.
- Analisar as lógicas de acção das direcções dos estabelecimentos de ensino no que respeita a estruturação da oferta e à gestão do fluxo de alunos.

O estudo de caso

Com o intuito de responder às questões da pesquisa, formuladas anteriormente, a estratégia de pesquisa escolhida foi o estudo de caso. As razões desta escolha tem que ver, em primeiro lugar, com o

desejo de empreender um estudo que permitisse compreender em profundidade um fenómeno específico — os fluxos escolares dos alunos, numa determinada área geográfica — bem como o significado que os actores envolvidos dão a esse fenómeno.

Segundo Merriam (1998) o *design* de estudo de caso caracteriza-se pelo seu carácter *descritivo* e indutivo, que se coaduna com uma abordagem qualitativa; pelo seu *particularismo*, por se focar na especificidade de uma situação; e pela sua natureza *heurística*, por levar à compreensão do fenómeno em estudo.

Deste modo, um design do tipo estudo de caso pareceu o mais apropriado, dado que se pretendia dar um forte cunho descritivo e interpretativo de uma realidade precisa à presente investigação e na medida em que o interesse se colocava mais no nível dos processos do que no dos resultados, no do contexto do que no de uma variável específica, mais em ‘descobrir’ do que em confirmar (Merriam, 1998).

Um segundo conjunto de razões associa-se, naturalmente, com o tipo de questões de pesquisa. Um estudo de caso é especialmente adequado quando as questões de pesquisa se prendem com o *Como?* e o *Porquê?* de determinado fenómeno, na medida em que lidam com elos operacionais que necessitam ser traçados ao longo do tempo, e não com meras frequências ou incidências (Yin, 1989). E, de facto, neste estudo, são exactamente questões desta ordem que interessa analisar.

Quanto às fraquezas desta estratégia, destaca-se a limitação de generalização dos resultados. Mas, como sublinha Lima (cit. por Sá, 1997, p. 15) *“nestas circunstâncias, o que está em jogo não é a capacidade de generalização, mas a transferibilidade a partir do caso analisado, e sujeita obviamente a diferentes critérios, dos quais a avaliação/comparação entre o caso estudado e outros casos ficam, em boa parte, nas mãos de terceiros detentores de ambas as informações”*. O estudo de caso permite, no entender de Ludke e André (1986), uma *generalização naturalista*, no sentido em que *“ocorre em função do conhecimento experiencial do sujeito, no momento em que este tenta associar dados encontrados no estudo com dados que são fruto das suas experiências pessoais”* (Stake, citado por Lüdke e André, 1986, p. 19).

O estudo de caso foi realizado em função de dois eixos centrais de análise. Decorrente das questões, *Como se caracteriza a procura?* e *Como se caracteriza a oferta?*. Um primeiro eixo de análise diz respeito à caracterização da procura dos alunos (em termos de estabelecimento de ensino e de formação) e à caracterização da oferta educativa das escolas em estudo. Este primeiro eixo de análise pretendia servir de base a um *desenho* dos fluxos escolares dos alunos em duas freguesias de um concelho da Área Metropolitana de Lisboa.

Um segundo eixo de análise pretendia evidenciar as lógicas de acção e estratégias dos alunos e famílias na procura do estabelecimento de ensino, por um lado, e as lógicas de acção e estratégias dos estabelecimentos de ensino (nomeadamente das suas direcções) no que respeita à organização da oferta e à gestão do fluxo de alunos, por outro. Este eixo de análise situa-se, portanto, no âmbito dos significados e sentido que os actores dão às suas acções e pretende responder às restantes questões: *O que explica a procura? O que explica a oferta educativa?*

O território urbano onde foi realizado o estudo, compreende duas freguesias de um concelho da Área Metropolitana de Lisboa e é composto por três escolas do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e duas escolas secundárias com 3.º ciclo. A opção por este território prendeu-se com o facto de nele se conjugarem alguns indicadores que se entenderam significantes. Assim, apontam-se como principais razões:

- O facto de constituir uma unidade coerente (Barroso e Viseu, 2003a; 2003b) para a observação dos fluxos de alunos;
- O facto de constituir um território onde a procura é, ainda, bastante elevada, nomeadamente no nível do ensino básico;
- O facto de uma abordagem inicial, decorrente da familiaridade anterior com a área em estudo apontar para eventuais fenómenos de escolhas diferenciadas dos alunos e de selecção por parte de certas escolas, que mereciam ser analisadas;
- E, finalmente, outra das razões prende-se com a disponibilidade que as escolas do território manifestaram em permitir o acesso da investigadora, abrindo as suas portas.

Procedimentos de recolha e tratamento da informação

O trabalho empírico realizado neste estudo pode ser descrito em função de duas fases, que surgem no seguimento dos objectivos do estudo. Por um lado, identificar e descrever os fluxos escolares dos alunos em duas freguesias de um concelho da Área Metropolitana de Lisboa. Por outro, compreender e interpretar a configuração dos fluxos observados em função das 'lógicas de acção' quer dos alunos/famílias, quer das direcções das escolas.

Assim:

- A *primeira fase* procurou identificar e descrever os fluxos escolares dos alunos entre as escolas abrangidas pelo estudo. Foram mobilizadas como técnicas de produção de dados o inquérito por questionário e a recolha documental. Foram produzidos dois questionários: um primeiro dirigido aos alunos do 9.º ano de escolaridade de todas as escolas em estudo, no ano lectivo 2001/2002 e o segundo dirigido aos alunos do 10º ano de escolaridade das escolas do ensino secundário, no ano lectivo 2002/2003.
- Com o intuito de compreender e interpretar a configuração dos fluxos observados na primeira fase, esta *segunda fase* envolveu uma técnica de recolha de dados de natureza qualitativa, a entrevista. Foram realizadas duas entrevistas por escola, num total de 10. Uma ao presidente do conselho executivo e outra ao presidente da associação de pais e encarregados de educação.

A utilização conjunta de várias técnicas de recolha de dados, ao colocar à disposição um vasto conjunto de informações sobre o objecto de estudo, visou dar resposta a uma necessidade decorrente da natureza das questões de pesquisa, bem como conferir maior consistência ao estudo, pelo facto de recorrer a múltiplas fontes de evidência (Yin, 1998). Constituiu, igualmente, uma forma de triangulação metodológica, que permitiu visualizar o objecto de estudo de diferentes ângulos de análise.

"Do mesmo modo que um topógrafo localiza os pontos de um mapa realizando a triangulação com as diversas miras dos seus instrumentos, o (investigador) determina a exactidão das suas conclusões efectuando a triangulação com várias fontes de dados"(Goetz e LeCompte, 1988, p. 36).

A resposta às questões de pesquisa

Recorda-se que no projecto de investigação foram definidas quatro questões de pesquisa: *Como se caracteriza a procura?*; *O que explica a procura?*; *Como se caracteriza a oferta?* e *O que explica a oferta?* Estas questões enquadram-se numa questão de investigação mais ampla que visa compreender de que forma a *geometria* dos fluxos escolares dos alunos, num determinado território, pode funcionar como reveladora da emergência de ‘novos’ modos de regulação do sistema educativo no nível local.

Do ponto de vista formal-legal a afectação dos alunos realiza-se de acordo com determinados critérios gerais que diferem no ensino básico e no ensino secundário. Assim, no ensino básico a preferência da escola deve-se subordinar à proximidade da área de residência, da actividade profissional dos pais/encarregados da educação ou, ainda, ao percurso sequencial dos alunos; e no ensino secundário, esta deve ser feita em função da existência do curso, opções ou especificações pretendidas.

A introdução destes critérios, que se justificou num período de expansão da frequência, perde, actualmente, parte do seu sentido, na medida em que se verifica uma retracção da frequência. Com efeito, os dados obtidos através deste estudo empírico demonstram-no claramente. Se, de uma forma geral, os critérios dispostos são cumpridos e a gestão do fluxo de alunos continua a obedecer, no essencial, às regras de obrigação de frequência da escola pública em função do local de residência ou de exercício profissional do encarregado da educação (muitas vezes por uma *“interiorização dos constrangimentos da carta escolar”*, Van Zanten, 2000, p. 95), a verdade é que começam a ser visíveis a adopção de estratégias informais ou mesmo ‘clandestinas’ de selecção das escolas.

O estudo empírico realizado, com base na descrição e análise dos fluxos escolares dos alunos na transição entre o 9.º e o 10.º ano de escolaridade veio demonstrar, então, que existem desvios significativos entre os fluxos esperados (de acordo com os critérios da ‘carta escolar’), os fluxos resultantes das preferências manifestadas pelos alunos e os fluxos efectivamente observados. Desvios, que indiciam a adopção por parte dos alunos e das famílias de processos informais de escolha do estabelecimento de ensino, mas também a utilização de estratégias por parte dos estabelecimentos de ensino no sentido de ‘cativar’, ‘manter’ e, mesmo ‘evitar’ determinados alunos (tirando partido de espaços formais e informais de regulação local).

No que respeita às escolhas por parte dos alunos e de suas famílias, estas decorrem, essencialmente, de motivos *domésticos* (associados a questões de proximidade, segurança, facilidades de acesso); *institucionais* (associados à existência das opções pretendidas); *de avaliação* (associadas à ‘reputação’ e imagem do estabelecimento de ensino) e justificam, no entender destes, o desenvolvimento de processos informais de escolha dos estabelecimentos de ensino. Entre as estratégias utilizadas pelos alunos e suas famílias, situam-se, nomeadamente, o fornecimento de ‘moradas falsas’, a transição de curso ou opção, ou mesmo a ‘negociação’ directa com a direcção da escola.

A adopção de uma ‘lógica de escolha’ por parte dos alunos e suas famílias faz emergir uma outra situação, a diferença de atractividade entre as várias escolas que partilham um mesmo espaço escolar. Estas diferenças de atractividade decorrem essencialmente da composição social da população escolar, mas também da forma como as escolas reagem e agem no sentido de manter ou melhorar a imagem que detêm no seio do território.

Com efeito, a introdução de processos informais de escolha das escolas por parte dos alunos e suas famílias determina a existência de um novo espaço de interdependência entre as escolas. Um novo espaço de interdependência que contrasta com uma situação que, fruto da regulamentação rígida das condições de afectação dos alunos a uma determinada escola ('carta escola') e de uma administração centralizada, condicionava a construção de relações formais e de interdependência entre as escolas, quer no sentido da cooperação, quer no sentido da concorrência.

Este novo espaço de interdependência entre as escolas não decorre, contudo, como noutros países, de fenómenos acentuados de concorrência entre as escolas, no sentido da disputa de uma 'clientela'. As estratégias e lógicas de acção das escolas são accionadas mais no sentido de afastar para outros estabelecimentos de ensino determinados alunos considerados 'problemáticos' do que, numa verdadeira lógica de mercado, no sentido de atrair os 'bons alunos' e de disputa por uma clientela.

Mas se a maioria das estratégias se situam neste âmbito, não deixam de existir, expressões daquilo que se pode chamar de uma concorrência "*opaca ou discreta*", nomeadamente através da adopção de medidas tendentes a 'manter', 'cativar' ou, mesmo 'escolher' os alunos. Estas medidas são, no entanto, pontuais e não configuram uma verdadeira lógica de mercado na regulação dos fluxos escolares dos alunos.

Aliás, as estratégias e medidas adoptadas pelas escolas, com vista à construção da sua oferta, surgem mais no sentido de melhorar as condições de funcionamento do que, propriamente, no sentido de atrair determinados alunos. Elas não decorrem de uma necessidade ou vontade de melhorar a posição relativa que o estabelecimento de ensino tem no território, fruto de um contexto de concorrência entre as escolas, determinado pelo surgimento de fenómenos de escolha, mas sim de uma intenção de melhorar o seu funcionamento e as suas condições de oferta educativa, numa lógica de 'serviço público'.

Em síntese, pode-se concluir que: a) a tendência para a diminuição do número de alunos (que começa a verificar-se já, no território em estudo, no nível do ensino secundário) e o desenvolvimento de processos informais de escolha da escola por parte dos alunos e suas famílias, leva a que se comece a assistir a uma passagem de uma 'regulação pela oferta' a uma 'regulação pela procura'; b) o facto de existirem processos informais de escolha da escola pelos alunos e suas famílias põe a descoberto diferenças de atractividade entre os estabelecimentos de ensino, que decorrem, essencialmente da composição social do seu público e do modo como estes lidam com a situação; c) decorrente do facto de a afectação dos alunos às escolas começar a ser regulada por uma 'lógica da procura', faz emergir um novo espaço de interdependência entre as escolas; d) espaço de interdependência que não se caracteriza ainda como noutros países, por uma verdadeira 'lógica de mercado', não deixando, no entanto de se verificar, por parte dos estabelecimentos de ensino a adopção de determinadas estratégias com vista a reforçar e melhorar a imagem e posição relativa que detêm no seio do território.

Os fluxos escolares dos alunos como revelador dos modos de regulação local

Um primeiro apontamento que importa fazer diz respeito ao facto de a regulação dos sistemas escolares ser resultante "*da articulação (ou da transacção) entre uma ou várias regulações de controlo e processos 'horizontais' de produção de normas na organização.*" (Maroy e Dupriez, 2000, p. 76), como

referia na introdução. Com efeito, a análise empreendida neste estudo, relativa à gestão do fluxo de alunos no nível local confirma-o. Confirma que o processo de regulação da oferta escolar e da gestão do fluxo de alunos compreende não só a produção (centralizada) de regras que orientam o funcionamento do sistema (através do dispositivo da ‘carta escolar’ e dos diplomas de planeamento da rede escolar), mas também o (re)ajustamento da diversidade de acções dos actores em função dessas mesmas regras (nomeadamente através do desenvolvimento de processos informais de escolha por parte dos alunos e suas famílias; e processos informais de selecção dos alunos pelas escolas). Querirá isto dizer, quando nos referimos ao dispositivo da ‘carta escolar’, que estamos perante um modo *“imperfeito”* (Van Zanten, 2001, p. 5) de regulação da oferta escolar? Ou que estamos perante um dos múltiplos modos de regulação dessa oferta escolar?

Aquilo que emerge da descrição, interpretação e análise dos processos de regulação dos sistemas educativos é, de facto, a complexidade e diversidade dos modos de regulação, que *“muitas vezes se anulam entre si, ou pelo menos, relativizam a relação causal entre princípios, objectivos, processos e resultados”* (Barroso, 2003a), sendo que qualquer estratégia de transformação do sistema não se pode basear, simplesmente, num processo normativo de mudança.

Outra consideração que importa tecer, diz respeito ao facto de na análise dos fluxos escolares dos alunos no território em estudo não ser visível, pelo menos de uma maneira consistente e estruturada, a influência dos novos modos de regulação. Com efeito, não estão ainda presentes, no discurso da maioria dos actores, valores como *competição, concorrência, livre escolha dos pais, etc.*

Contudo, a confirmar-se as tendências, defendidas nomeadamente pelos dois últimos governos constitucionais, para a promoção da ‘escolha da escola’ (no ensino secundário), para a nomeação de ‘gestores profissionais’, para a diminuição de recursos para o ensino público, as escolas passarão a ser confrontadas, como nos diz Barroso e Viseu (2003b) com uma ‘luta pela sobrevivência’ e este panorama terá tendência para se alterar. Como continuam estes autores, *“um discurso autoritário e uma prática controladora (do ponto de vista político), aliados à limitação de recursos e à obrigação de concorrência (do ponto de vista económico), no contexto de uma diminuição de alunos, constitui uma mistura explosiva para a manutenção de uma lógica de serviço público”*, logo um campo propício para o agravamento da segregação e das desigualdades.

Uma última consideração que importa fazer, apesar de não ter constituído um objectivo do estudo, diz respeito à questão da segregação escolar. Vários estudos empíricos demonstram que nem o sistema da ‘livre escolha’, nem o sistema da ‘carta escolar’ e da obrigação de frequentar o estabelecimento em função do local de residência, conseguem impedir que se verifiquem fenómenos de segregação escolar com origem em desigualdades sociais. Como refere Barroso (2003c), se no caso da ‘livre escolha’ esta decorre *“da própria natureza da oferta escolar: há escolas ‘melhores’ e ‘piores’ que concorrem entre si para atrair clientes e, claro, os mais poderosos acabam por vencer”*, no caso em que exista a obrigação de frequentar a escola da zona de residência, *“essa segregação decorre da própria natureza da procura: há escolas aparentemente iguais que são desigualmente atractivas, em função de critérios religiosos, sociais, de rendimento escolar, etc, que só os pais mais informados e mais aguerridos são capazes de descobrir e mobilizar”*(p. 105).

É neste contexto que BARROSO (2003c) continua e refere que o desafio está em *“garantir uma escola pública justa e de qualidade para todos, que tenha em conta as especificidades locais, promovendo uma*

política de discriminação positiva que corrija as assimetrias económicas e sociais, fazendo da participação dos alunos, dos professores e dos pais um exercício permanente de cidadania”(p. 105).

Para tal, a discussão tem que ultrapassar a dicotomia Estado-Mercado, na medida em que as forças e os interesses presentes na definição, coordenação e execução das políticas educativas são mais amplos e diversificados (Barroso e Viseu, 2003a).

A solução passa por reforçar a dimensão cívica e comunitária da escola pública, restabelecendo um equilíbrio entre a função reguladora do Estado, a participação dos cidadãos e o profissionalismo dos professores, na construção de um ‘bem comum local’ (Barroso, 1999, 2000).

Passa pela configuração de um novo espaço público que expresse, nas palavras de Boaventura Sousa Santos (1999), a *“reinvenção solidária do Estado”* e um novo protagonismo da Comunidade.

Bibliografia

- AFONSO, Natércio (2003): “A regulação da educação na Europa: do Estado educador ao controlo social da escola pública” In João Barroso, org. *A escola Pública. Regulação, Desregulação, Privatização*. Porto: Edições Asa, pp. 49-78.
- BARROSO, João (1999): “Regulação e autonomia da escola pública: o papel do Estado, dos professores e dos pais”, *Inovação*, 12, 1999, pp. 9-33.
- (2000): “Autonomie et modes de régulation locale dans le système éducatif”, *Revue Française de Pédagogie*, n.º 130, Janvier-Février-Mars, 2000, pp. 57-71.
- (2001): *As políticas de reforço da autonomia no contexto da alteração dos modos de regulação da escola pública*. Sumário e Lição de Síntese (2.º Grupo – Ciências da educação) apresentado no âmbito das provas de agregação (documento policopiado). Lisboa: FPCE-UL.
- (2003a): “Regulação e desregulação nas políticas educativas: tendências emergentes em estudos de educação comparada” In João Barroso, org, *A escola pública. Regulação, desregulação, privatização*, Porto: Edições Asa, pp. 19-48.
- (2003b): “A ‘escolha da escola’ como processo de regulação: integração ou selecção social?” In João Barroso, org, *A escola pública. Regulação, desregulação, privatização*. Porto: Edições Asa, pp. 79-109.
- BARROSO, João e VISEU, Sofia (2003a): “A Emergência de um mercado educativo no planeamento da rede escolar: de uma regulação pela oferta a uma regulação pela procura”, *Educação & Sociedade*, vol. 24, n.º 84, Setembro de 2003, pp. 897-921. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.
- (2003b): *Áreas de interdependência local entre escola: um estudo de caso em Portugal*. Lisboa: FPCE-UL.
- CROZIER, Michel e FRIEDBERG, Erhard (1977): *L’acteur et le système*. Paris: Éditions du Seuil.
- MACEDO, Berta e AFONSO, Natércio (2002): “Desenvolvimento dos novos modos de regulação”, In João Barroso e tal, *Análise da evolução dos modos de regulação institucional do sistema educativo em Portugal*, Lisboa: FPCE-UL, pp. 32-50.
- MAROY, Christian e DUPRIEZ, Vincent (2000): “La regulation dans les systèmes scolaires. Proposition théorique et analyse du cadre structurel en Belgique francophone”, *Revue Française de Pédagogie*, n.º 130, Janvier-Février-Mars, 2000, pp. 73-87.
- SOUSA SANTOS, Boaventura (1999): *A reinvenção solidária e participativa do Estado*. Coimbra: Oficina do Centro de Estudos Sociais.
- VAN ZANTEN, Agnès (2001a): *L’école de la périphérie*. Paris: PUF.